

# ACORDO MERCOSUL JAPÃO: ANÁLISE E PERSPECTIVAS

## Alexandre Ratsuo Uehara

Coordenador Acadêmico do Centro Brasileiro de Estudos sobre Negócios Internacionais & Diplomacia Corporativa (CBENI & DiC / ESPM). Mestre (1995) e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2001). Foi pesquisador visitante na Universidade Keio (1993) e na Universidade Sophia (1999-2000) como bolsista da Fundação Japão. Membro do Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa da Universidade de São Paulo. Coordenador do Grupo de Estudos sobre Ásia no Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP.

## Resumo

Este artigo analisa as relações comerciais de dois relevantes países que estão entre os dez maiores produtos internos brutos (PIB) do mundo, Brasil e Japão, que historicamente têm mantido relações comerciais complementares. Segundo a CNI (2017, p. 19), apesar de mais de 120 anos de relacionamento, o comércio exterior Brasil-Japão é considerado abaixo das expectativas, considerando-se a importância de ambos na economia mundial. A falta de um acordo comercial faz com que os produtos brasileiros passem a enfrentar cada vez mais uma concorrência desigual com os de outros países. Por essa razão, a discussão sobre o estabelecimento de um acordo de preferências Brasil-Japão ganha cada vez mais relevância. O acordo Mercosul-Japão é, portanto, cercado de expectativas para que seja amplo e rápido para se reverter o atual quadro de desalento no comércio bilateral.

## Palavras-Chave

Relações Internacionais, Comércio Bilateral, Relações Brasil-Japão, Acordo Mercosul-Japão

Este artigo analisa as relações comerciais de dois relevantes países que estão entre os dez maiores produtos internos brutos (PIB) do mundo, Brasil e Japão. Dentre as 194 nações presentes no World Economic Outlook Databases, relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2018 o Japão apareceu no terceiro lugar com um PIB de US\$ 4.971,9 trilhões e o Brasil em nono, com um PIB US\$ 1.868,2 trilhões.

**TABELA 1**

<b>10 Maiores Produto Interno Bruto (US\$ Bilhões)</b>		
<b>Classificação</b>	<b>País</b>	<b>2018</b>
1	Estados Unidos	20.494,1
2	China	13.407,4
3	Japão	4.971,9
4	Alemanha	4.000,4
5	Reino Unido	2.828,6
6	França	2.775,3
7	Índia	2.716,7
8	Itália	2.072,2
9	Brasil	1.868,2
10	Canadá	1.711,4

**Fonte:** INTERNATIONAL MONETARY FUND, World Economic Outlook Database, April 2019. Disponível em: [www.imf.org](http://www.imf.org). Acesso em 30.Set.2019. (Elaboração Própria)

Portanto, Brasil e Japão são duas relevantes economias do mundo, que historicamente, têm mantido as relações comerciais complementares. No período que vai de 1950 até os anos de 1980, essa relação foi:

Entre os fatores que conduziram à modificação desse quadro, após os anos de 1980, foi o fato de as empresas japonesas mudarem suas prioridades da gestão de matéria-prima e recursos naturais, além da produção manufatureira, enfocando investimentos na América do Norte e nos países asiáticos.

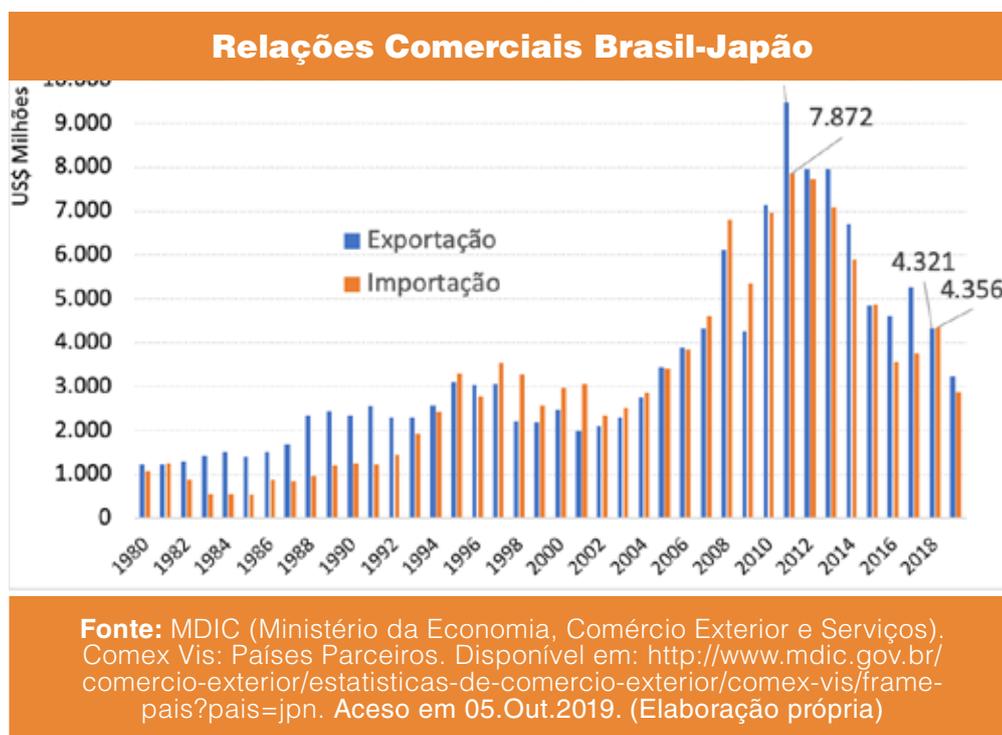
Do lado brasileiro também houve mudanças importantes, pois até a década de 1970 o país vivenciava uma euforia de desenvolvimento, mas a partir dos anos 1980, o país passou por um período de instabilidade político-econômica impactado por problemas como a dívida externa, hiperinflação, levando ao baixo crescimento e à recessão econômica, que só começa a melhorar a partir do plano Real implementado em 1994.

Já na década de 1990, é o cenário na economia japonesa que passa a ficar desfavorável a partir do estouro da bolha econômica em 1991, que gerou a maior crise econômica no Japão desde o final da Segunda Guerra Mundial. Esse fato resultou em um empobrecimento da população do país, “associada a perdas de emprego e de salário. Uma parte importante da remuneração dos japoneses era feita na forma de bônus anuais, que deixaram de existir na medida em que os lucros despencaram” (TORRES FILHO, 2015, 17). Como consequência, houve impactos no consumo doméstico conduzindo a períodos de deflação e, com isso, crescimento do PIB desse país ficou estagnado durante

vários anos.

Apesar desses fatores adversos, as relações comerciais nipo-brasileiras vinham crescendo até o ano de 2011, a partir de quando começa a apresentar uma tendência de queda tanto nas importações como exportações brasileiras. Nesse quadro, as trocas comerciais, que já eram consideradas abaixo do potencial esperado pelas posições que ambos os países ocupam na classificação de seus PIB, na última década, reduziu ainda mais (GRÁFICO 1).

## GRÁFICO 1



## Importações do Brasil

Analisando-se o comércio exterior entre esses dois países, nota-se que as importações brasileiras do Japão têm sido tradicionalmente de produtos manufaturados, que de acordo com os dados do MDIC (Ministério da Economia, Comércio Exterior e Serviços) em 2018 esse segmento representou 99,1% do total dos produtos provenientes do país do sol nascente.

Na TABELA 2, dois destaques podem ser levantados:

I) a concentração da pauta, pois os quinze primeiros itens representam 57,7% do total da pauta de importação pelo Brasil.

II) o peso do setor de veículos, pelo menos metade dos produtos são ligados a ele.

## TABELA 2

### Importações pelo Brasil do Japão (2018) 15 Principais Produtos

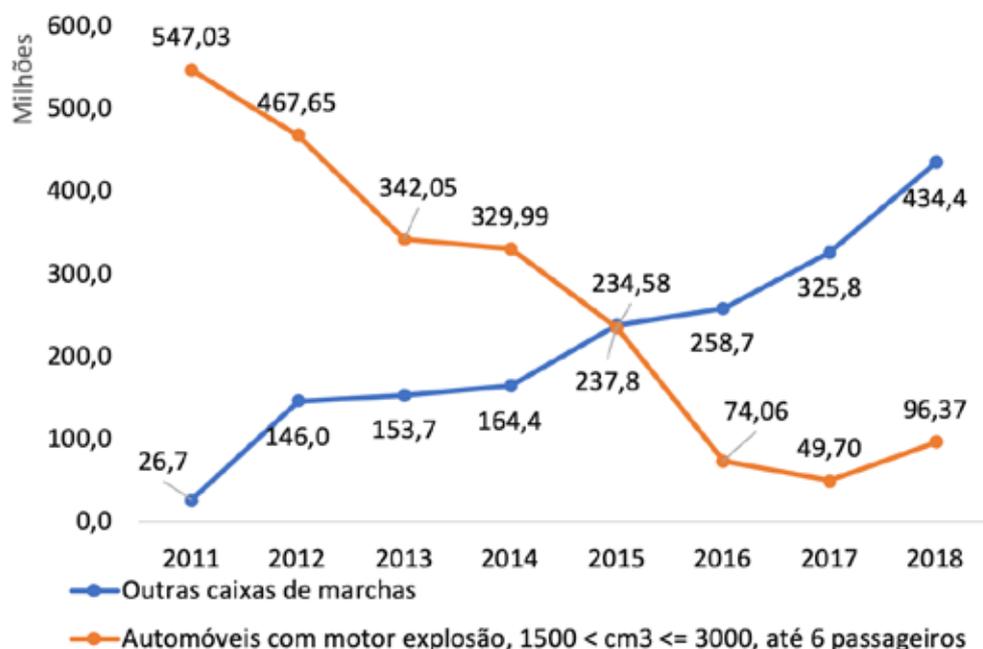
PRODUTO	VALOR (US\$ FOB)	PARTICIPAÇÃO (%)
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	663.210.495,0	15,2%
Demais produtos manufaturados	254.452.527,0	5,8%
Automóveis de passageiros	244.650.910,0	5,6%
Instrumentos e aparelhos de medida, de verificação, etc	205.716.737,0	4,7%
Rolamentos e engrenagens, suas partes e peças	153.620.067,0	3,5%
Compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas.	152.982.112,0	3,5%
Partes de motores para veículos automóveis	143.364.526,0	3,3%
Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	107.320.205,0	2,5%
Plataformas de perfuração ou de exploração, dragas, etc.	102.457.128,0	2,4%
Centros de usinagem/máqs. estações multipl. p/ trab. metais	96.312.449,0	2,2%
Instrumentos e aparelhos médicos	87.213.867,0	2,0%
Pneumáticos	77.566.343,0	1,8%
Parafusos, pinos, porcas e artefs.semelhs.de ferro ou aço	76.353.804,0	1,8%
Medicamentos para medicina humana e veterinária	75.776.607,0	1,7%
Partes e acess.de motocicletas, bicicletas e outs. ciclo	71.968.072,0	1,7%

**Fonte:** MDIC (Ministério da Economia, Comércio Exterior e Serviços). Comex Vis: Países Parceiros. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais?pais=jpn>. Aceso em 05.Out.2019. (Elaboração Própria)

Analisando a queda nas importações, um primeiro fator que ajuda a explicar essa situação de queda nos valores do comércio bilateral (GRÁFICO 1) é a internalização da produção de veículos pelas montadoras japonesas no Brasil. Com isso, houve a diminuição das importações de carros que possuem um valor total maior e aumento da importação de componentes, que tem um valor menor (GRÁFICO 2). Adicione-se a esse aspecto, o fato desse setor, conforme apontado acima concentrar uma parte importante do comércio e a mudança de perfil nos negócios das empresas japonesas desse setor refletiu na redução dos valores a partir de 2011.

## GRÁFICO 2

### Importações do Brasil de Caixas de Marcha e Veículos do Japão (2011-18)



**Fonte:** MDIC (Ministério da Economia, Comércio Exterior e Serviços). Comex Vis: Países Parceiros. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais?pais=jpn>. Acesso em 05.Out.2019. (Elaboração Própria)

Outro fator que ajuda a explicar o porquê do declínio nas importações é o desempenho da economia brasileira, que passou por uma desaceleração do crescimento chegando a resultados negativos em 2015 e 2016 (TABELA 3). E mesmo em 2017, apesar de uma melhora no resultado no PIB, a pesquisa do IBGE revela que nesse ano foram fechadas 22,9 mil empresas brasileiras (IBGE, 2019).

## TABELA 3

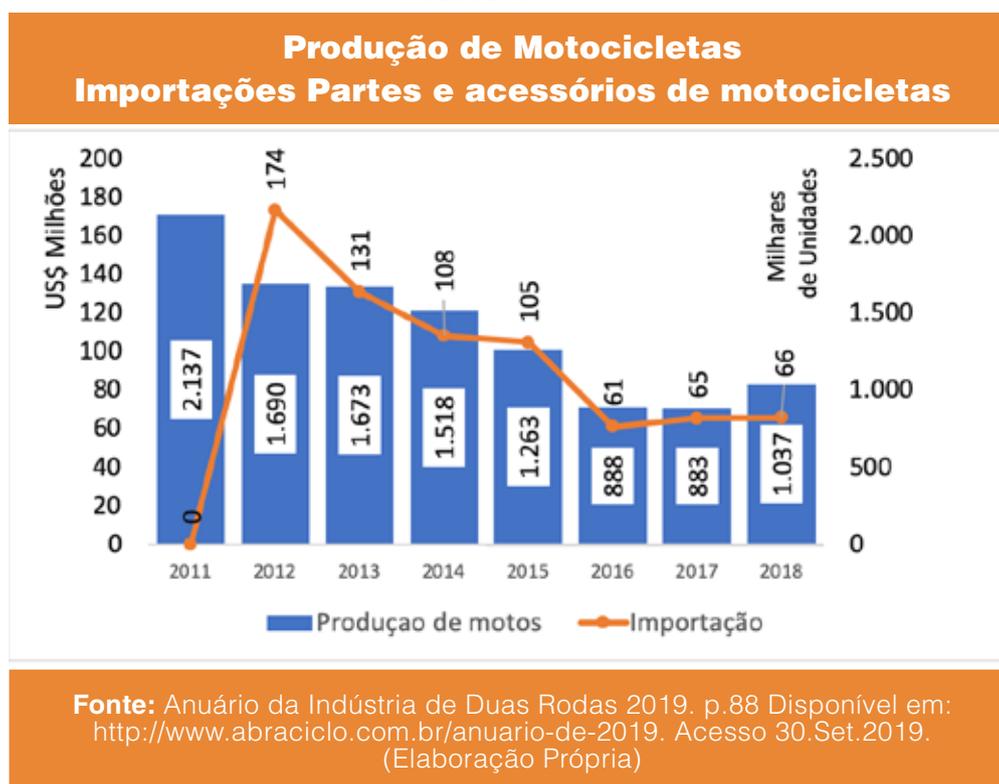
### Varição Do PIB do Brasil

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Varição (%)	7,55	3,99	1,93	3,01	0,51	-3,55	-3,3	1,06	1,1

**Fonte:** INTERNATIONAL MONETARY FUND, World Economic Outlook Database, April 2019. Disponível em: [www.imf.org](http://www.imf.org). Acesso em 30.Set.2019. (Elaboração Própria)

Um caso que pode exemplificar esse cenário de retração é o da produção de motocicletas no país, pois entre 2011 e 2018 registrou uma diminuição da produção de 51,5%, passando de 2,14 milhões para 1,04 milhões de unidades fabricadas nesse período. Isso, porque houve uma pequena recuperação em 2018 em relação a 2017, ano em que se produziu apenas 882,9 mil unidades. Conseqüentemente, em paralelo a essa redução na produção houve a diminuição nas importações de peças para montagem desse produto.

## GRÁFICO 3



## Exportações do Brasil

Já sobre as exportações, pode-se fazer duas reflexões, a primeira sobre a possibilidade de exploração de novos mercados no Japão e outra em relação à manutenção e ampliação das exportações de produtos que já ocorrem para esse país.

### a) Exploração de novos mercados

Avaliando-se a TABELA 4 abaixo, percebe-se que existe uma grande concentração da pauta, maior ainda que nas importações, já que os cinco primeiros produtos da lista somam 62,5% de tudo que é vendido ao Japão. Esse perfil de exportações ao Japão caracteriza uma vulnerabilidade para o Brasil, pois os produtos básicos têm alta volatilidade de preços e, pela concentração em poucos produtos, alto potencial de impacto sobre o resultado na balança comercial. Pode-se perceber isso cruzando-se as informações dessa tabela com os resultados dos últimos anos das relações comerciais nipo-brasileiras. Por isso, a busca por diversificação nas exportações aparece como uma necessidade.

## TABELA 4

### 5 Principais Produtos Exportados do Brasil para o Japão (2018)

PRODUTOS	VALOR (US\$ FOB)	PARTICIPAÇÃO (%)
Minérios de ferro e seus concentrados	1.165.442.176	27,0%
Carne de frango congelada, fresca ou refrigerada, incl. miúdos	707.742.701	16,4%
Café cru em grão	322.821.322	7,5%
Ferro-ligas	280.414.045	6,5%
Soja mesmo triturada	219.731.621	5,1%

**Fonte:** MDIC (Ministério da Economia, Comércio Exterior e Serviços). Comex Vis: Países Parceiros. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais?pais=jpn>. Acesso em 05.Out.2019. (Elaboração Própria)

De acordo com os dados do MDIC (Ministério da Economia, Comércio Exterior e Serviços), tradicionalmente os produtos básicos representam mais de 60% da pauta de exportações para o Japão (TABELA 5), mas nos últimos anos, verifica-se uma queda nos valores exportados para esse país. Em 2011, ano em que se registrou os maiores valores das relações comerciais nipo-brasileiras, os produtos básicos representaram 74,7% do valor total das exportações ao Japão. Em 2018, a preponderância desses produtos se manteve e, mesmo com as reduções nos valores totais exportados, a participação dos produtos básicos foi de 61,3%.

## TABELA 5

### Exportações do Brasil ao Japão por Fator Agregado

Ano	Operações Especiais	Produtos Básicos	Produtos Manufaturados	Produtos Semimanufaturados
2008	0,54%	64,77%	12,67%	22,03%
2009	0,53%	59,68%	19,45%	20,34%
2010	0,35%	71,07%	12,27%	16,31%
2011	0,24%	74,74%	11,59%	13,43%
2012	0,34%	73,18%	11,63%	14,84%
2013	0,13%	74,86%	11,07%	13,94%
2014	0,13%	70,09%	13,13%	16,65%
2015	0,07%	66,76%	14,76%	18,41%
2016	0,16%	65,50%	18,31%	16,03%
2017	0,07%	65,67%	18,03%	16,23%
2018	0,05%	61,26%	21,34%	17,36%

**Fonte:** MDIC (Ministério da Economia, Comércio Exterior e Serviços). Comex Vis: Países Parceiros. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais?pais=jpn>. Acesso em 05.Out.2019. (Elaboração Própria)

Com essa grande participação de produtos básicos nas exportações, quando o preço das commodities começam a cair, também os valores em dólares das exportações ao Japão passam a apresentar uma tendência de decréscimo. Entre 2011 e 2018, as exportações do Brasil passaram de US\$ 9.471,8 milhões para US\$ 4.321,4 bilhões, resultando em uma queda de 54,4% no período.

Num primeiro momento, poder-se-ia atribuir essa redução à diminuição no volume das exportações, mas, aprofundando as análises, percebe-se que um componente importante para esse resultado foi a queda dos valores das principais commodities exportadas pelo Brasil. Um exemplo é o minério de ferro, que representa o maior valor das exportações brasileiras ao Japão e cuja queda no seu preço impactou de maneira significativa as relações comerciais nipo-brasileiras. No GRÁFICO 4, nota-se que houve uma perda de cerca de 60% do seu valor no período, o preço estava acima dos US\$ 170,00 tonelada métrica seca (dmt) em 2011, mas passa por uma tendência de queda chegando a pouco mais de US\$ 70,00 em 2018.

## GRÁFICO 4

### Índice de Preços de Minério de ferro à Vista (Finos)

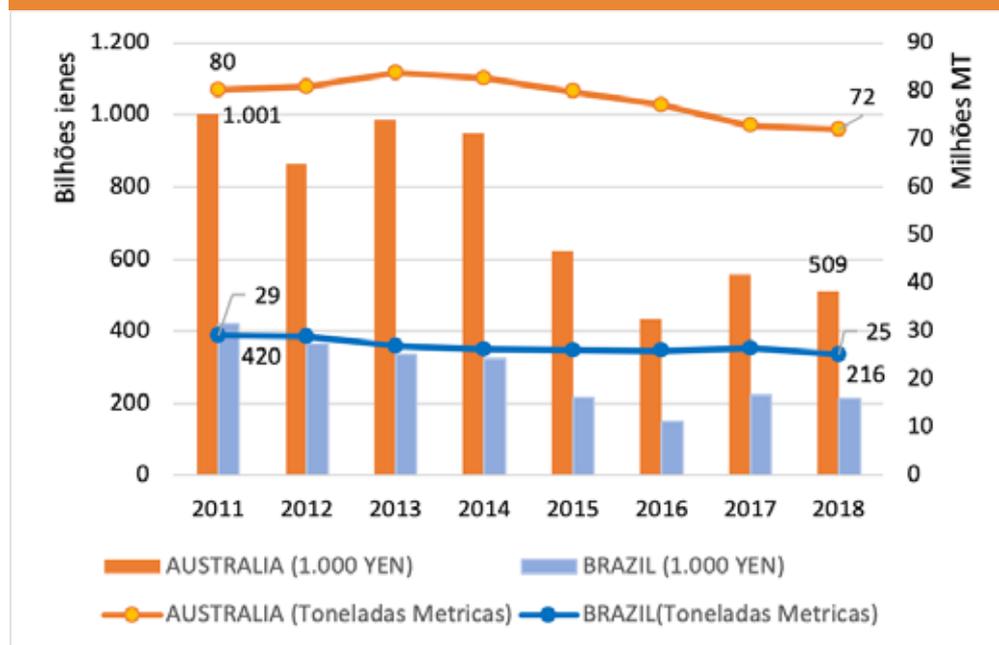


**Fonte:** VALE. Índices de Minério de Ferro. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/business/mining/iron-ore-pellets/Paginas/Iron-Ore-Indices.aspx>. Acesso em 10.OUT.2019

Comparando-se as importações de minério (NCM 26011100) pelo Japão tanto da Austrália quanto do Brasil, que são os seus dois maiores fornecedores, é perceptível que as reduções dos valores foram altas para ambos, respectivamente, 49,2% e 48,7% no período de 2011 a 2018. De acordo com as estatísticas do Ministério das Finanças do Japão, o valor das exportações de minério da Austrália para o Japão caiu de 1.001,0 bilhão de ienes para 508,8 milhões de ienes e, no caso do Brasil os valores reduziram de 420,0 bilhões de ienes para 251,6 bilhões de ienes. Mas, no GRÁFICO 5 nota-se que a variação nas quantidades exportadas ao Japão foi muito menor para ambos os países. No período de 2011 a 2018 a redução no volume exportado pela Austrália passou de 80 para 72 milhões de toneladas métricas e para o Brasil a diminuição foi de 29 para 25 milhões de toneladas métricas.

## GRÁFICO 5

### Importações do Japão de Minério de Ferro (NCM 2601100)



**Fonte:** MINISTRY of Finance. Trade Statistics of Japan. Country by Commodity Disponível em: <http://www.customs.go.jp/toukei/srch/indexe.htm?M=03&P=1,2,,,,,,4,1,2018,0,0,0,2,26011,,,,,1,,,,,20>. Acesso 2.Out.2019. (Elaboração Própria)

A redução dos preços dos produtos primários que atingiu três dos cinco principais produtos exportados pelo Brasil ao Japão (TABELA 4), mostra a fragilidade do perfil do comércio exterior brasileiro. Além do minério, também passaram por desvalorizações a soja, que caiu cerca de 33,5%<sup>1</sup> e o café<sup>2</sup>, que perdeu 51,9% do seu valor no período de 2011 a 2018.

Portanto, a concentração das exportações brasileiras ao Japão em poucas commodities geram uma suscetibilidade alta às variações de preços desses produtos no mercado internacional. O que pode significar ganhos quando a economia mundial está em crescimento, mas também perdas significativas em momentos de excesso de oferta ou desaceleração de demanda. Por essas razões, um acordo comercial entre o Mercosul e o Japão é uma opção interessante, pois poderia contribuir para a ampliação da pauta de produtos exportáveis pelo Brasil ao mercado japonês.

### b) Ampliação das exportações

Um outro fator que precisa ser levado em consideração na redução dos valores nas relações comerciais observadas no GRÁFICO 1 é a perda de competitividade dos produtos brasileiros frente aos de outros países que possuem preferências com o Japão, dado pela

<sup>1</sup> Index Mundi. Preços das Mercadorias. Soja: Disponível em: <https://www.indexmundi.com/pt/preços-de-mercado/?mercadoria=soja&meses=120>. Acesso em 29.Set.2019

<sup>2</sup> Index Mundi. Preços das Mercadorias. Café: Disponível em: <https://www.indexmundi.com/pt/preços-de-mercado/?mercadoria=café&meses=120>. Acesso em 29.Set.2019

ausência de um acordo que garanta ao Brasil benefícios de acesso ao mercado.

Acima foram analisados os casos do minério, café e soja que tiveram seus preços diminuídos ao longo dos últimos oito anos. Nesta sessão avaliar-se-á as exportações de frango, que em 2018 foi o segundo produto das exportações do Brasil ao Japão, representando 16,4% do total. No entanto, ainda que não tenha apresentado uma queda significativa nos valores exportados, enfrenta a concorrência do frango da Tailândia, que ingressa no mercado japonês com tarifa zero, beneficiado pelo acordo estabelecido com o Japão em 2007. Já no brasileiro são aplicadas tarifas de “8,5% sobre perna de frango com osso e 11,9% sobre os outros cortes e frango inteiro” (CNI, 2017, p. 33)

Diante desse quadro, pode-se supor as exportações de frango que já são importantes nas relações comerciais nipo-brasileiras, tem potencial para ganhar ainda maior relevância a partir do momento em que houver um acordo de preferência eliminando os tributos. A desvantagem para o ingresso no mercado japonês pela falta de acordo, também ocorre para outros produtos como o café solúvel e etanol.

## Acordo Comercial

Apesar de mais de 120 anos de relacionamento, o comércio exterior Brasil-Japão é considerado abaixo das expectativas (CNI, 2017, p.19), considerando-se a importância dos dois países na economia mundial. Silvio Miyazaki (2007, p.163) aponta que entre as razões para esse desempenho reduzido pode ser porque:

“O Brasil tem tido uma atitude passiva no que concerne às suas relações comerciais com o Japão, considerando que diversos países têm proposto acordos comerciais bilaterais com este último e que o intercâmbio comercial existente entre o Brasil e o Japão é relativamente pequeno”.

Avaliando-se os acordos registrados no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), identificou-se que o primeiro registro de acordo na OMC por parte do governo brasileiro é de 1973, muito anterior ao do Japão, e está relacionado à Cláusula de Habilitação (Enabling Clause – em inglês). Esta permitiu aos países em desenvolvimento estabelecerem acordos comerciais entre si, sem a aplicação do princípio do Artigo I do GATT, conhecido como cláusula da Nação Mais Favorecida<sup>3</sup>, que estabelece que as vantagens e privilégios acordados entre membros da OMC devem ser oferecidas a todos os demais membros da organização sem imposição de condições. Todavia, o acordo do Brasil que de fato objetivou criar preferências comerciais foi a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI<sup>4</sup>), estabelecido pelo Tratado de Montevideu em 1980.

Já o Japão demorou mais para fazer os acordos de integração econômica. O primeiro acordo (Economic Partnership Agreement – EPA) assinado pelo Japão foi com Singapura em 2002. Entre as razões dessa demora foi o fato do governo de Tóquio priorizar as negociações multilaterais (MYAZAKI, 2019, p. 46).

Observando o GRÁFICO 6, é perceptível que os acordos comerciais e de preferências começam a se multiplicar a partir da última década do século passado. Em 1980 havia

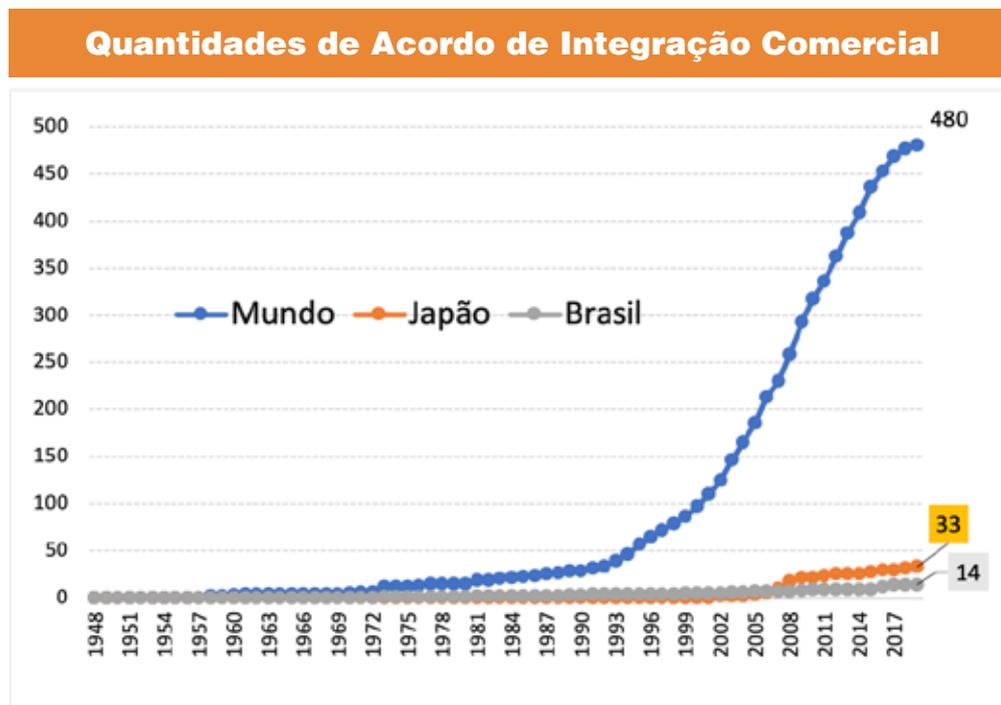
<sup>3</sup> WORLD TRADE ORGANIZATION. Principles of the trading system. Trade without discrimination. Disponível em: [https://www.wto.org/english/thewto\\_e/whatis\\_e/tif\\_e/fact2\\_e.htm](https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/fact2_e.htm). Acesso em 30/SET/2019.

<sup>4</sup> Associação Latino-Americana de Integração. Disponível em: <http://www.aladi.org/>

apenas 15 acordos, em 1990 passou para 28, foram apenas 13 acordos em 10 anos. Todavia, em 2000 o número já havia multiplicado por praticamente 3,5 vezes, passando para 97 acordos.

O Brasil e o Japão desenvolveram seus acordos mais tardiamente que o crescimento do número de acordos no mundo. Acompanhando-se o histórico do Japão, pode-se perceber que o governo de Tóquio apresenta sua mudança significativa de posição a partir de 2000, quando se iniciam negociações e um número crescente de acordos de comerciais passam a ser registrados.

## GRÁFICO 6



**Fonte:** WTO (World Trade Organization), Regional Trade Agreements Information System (RTA-IS), Brazil and Japan Evolution of RTAs, 1948 – 2019. Disponível em: <http://rtais.wto.org/UI/charts.aspx#>. Acesso em 30.Set.2019. (Elaboração Própria)

Essa transformação na percepção japonesa sobre os acordos comerciais é explicitada em 2000, no relatório do Ministério da Indústria, Comércio Internacional (Ministério da Economia, Comércio e Indústria - METI - a partir de 2001). Nesse documento a referência que se faz aos acordos regionais de comércio foi muito diferente da posição que havia na política externa japonesa, conforme aponta Tatushi Ogita (2002, p.7).

O White Paper de 2000 explica os Acordos Regionais de Comércio (ARC) muito mais do que que havia feito anteriormente e, desenvolveu uma avaliação positiva sobre eles. Embora na edição do ano anterior ainda mencionasse os potenciais danos ao estímulo de blocos econômicos, a edição de 2000 afirmou que os efeitos negativos da existência de diversos ARC para as economias extra regionais seriam limitados isso se existissem.

Neste artigo, não se critica a realização de acordos pelo Japão, pois como demonstra o GRÁFICO 6, muito países estão recorrendo a esse instrumento para ampliar seu comércio internacional, dado que as negociações multilaterais pela rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) não avançam. O que se lamenta é a ausência de um acordo que possa reequilibrar as condições de concorrência pelos produtos brasileiros no mercado japonês e, com isso, se possibilitar uma maior dinamização no comércio entre o Brasil e o Japão.

A falta de acordo faz com que os produtos brasileiros passem a enfrentar cada vez mais uma concorrência desigual com os de outros países, que estão sendo beneficiados pelos acordos de preferência comercial. Por essa razão, a discussão sobre o estabelecimento de um acordo de preferências Brasil-Japão ganha cada vez mais relevância.

Entre os principais interessados estão os empresários que vem discutindo termos para um acordo de parceria econômica desde o segundo semestre de 2015, do lado brasileiro a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do lado japonês a Keidanren (Federação de Negócios do Japão). Os representantes das indústrias brasileiras e japonesas defendem que a “desgravação para bens mais sensíveis de forma que não tenham um período de transição superior a 12 a 15 anos” (QUEIROZ, 2017), de modo a eliminar as barreiras tarifárias e não tarifárias e contribuindo para se estabelecer um comércio mais livre e aberto entre os dois países.

Do lado governamental em 2017, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) - atualmente Ministério da Economia, Comércio Exterior e Serviços - colocou em consulta pública as negociações comerciais com o Japão e o IV Diálogo para o Fortalecimento das Relações Econômicas entre o Japão e o Mercosul (CNI, 2017, p.14).

Embora possa se afirmar que as negociações estejam atrasadas em relação a outros países, os interesses pela maior integração entre o Brasil e o Japão não é algo recente. As conversações entre os setores privados dos dois países, estão formalizadas desde pelos menos 1974, com a criação do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão (CCE)<sup>5</sup>. Essa institucionalização tem viabilizado encontros anuais organizados em parceria pela CNI e pela Federação Keidanren para negociações que envolvem:

“reduzir barreiras às exportações de produtos de origem agropecuária ... Obter preferências comerciais na área de produtos industriais para reduzir desvantagens geradas por preferências concedidas pelo Japão a países concorrentes do Brasil e criar condições para uma estratégia de diversificação (de produtos e setores) da pauta exportadora brasileira, que incluiria outros instrumentos de política comercial, como ações de promoção de exportações (CNI,2017:p.12).

Se por um lado o setor agropecuário brasileiro preocupa-se com as tarifas sobre suco de laranja, couro, café solúvel e derivados de café, cortes de aves congelados, álcool etílico, carnes e frutas (banana, laranja e maçã) (CNI,2017: p.33). Do lado japonês, apresenta interesses claros pelo acordo para redução de tarifas sobre carros, autopeças, máquinas e equipamentos. Um dos destaques, conforme presente na análise da TABELA 2, é o relacionado aos veículos, que grande participação e importância no comércio exterior entre os dois países. Além disso, a divulgação do entendimento entre o Mercosul e a União Europeia em 2019, para o estabelecimento de um acordo comercial entre esses dois

<sup>4</sup> CNI (Confederação Nacional da Indústria). Conselho Empresarial Brasil-Japão. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/assuntos-internacionais/como-participar/conselho-empresarial-brasil-japao/>. Acesso em 20.Set.2019

blocos é outro fator que impulsiona o setor automobilístico do Japão a buscar um acordo com o Mercosul, pois a sua ausência pode fazer com que as montadoras japonesas percam mercado para as europeias.

Percebe-se que há interesses mútuos, japonês e brasileiro, pelo estabelecimento de um acordo entre com o Mercosul-Japão, no entanto, os membros do Mercosul e, em particular, o Brasil devem também buscar desempenhar uma postura ativa, para modificar a situação apontada por Henrique A. de Oliveira e Wellington Amorim (2000, p.494):

“Coube ao Japão a maior parte das iniciativas para intensificação do relacionamento bilateral, sendo que o Brasil, via de regra, parece ter considerado esse relacionamento como uma associação residual, se comparado às relações existentes com os países ocidentais”.

## Potencial de negócios

A percepção apresentada no relatório do CNI (CNI, 2017, p.19) de que o potencial de comércio exterior entre Brasil e o Japão tem sido subaproveitado pode ser deduzida também pelo fato de, em 2018, o Japão ser a terceira maior economia mundial e o Brasil a nona. Além disso, de acordo com os prognósticos do Fundo Monetário Internacional (TABELA 6), o Japão deverá não só permanecer nessa posição, pelo menos até meados da próxima década, como se distanciará do terceiro colocado que é a Alemanha. O Brasil, por sua vez, continuará entre as dez maiores economias mundiais. Por conseguinte, é de se esperar que haja potencial para crescimento do comércio entre esses dois países.

**TABELA 6**

<b>10 Maiores Produto Interno Bruto (US\$ Bilhões)</b>				
<b>País</b>	<b>2018</b>	<b>Classifi- cação</b>	<b>2024*</b>	<b>País</b>
Estados Unidos	20.494,10	1	25.728,70	Estados Unidos
China	13.407,40	2	21.309,50	China
Japão	4.971,90	3	6.848,80	Japão
Alemanha	4.000,40	4	4.912,30	Alemanha
Reino Unido	2.828,60	5	4.729,30	Índia
França	2.775,30	6	3.399,00	Reino Unido
Índia	2.716,70	7	3.354,10	França
Itália	2.072,20	8	2.468,20	Brasil
Brasil	1.868,20	9	2.323,00	Itália
Canadá	1.711,40	10	2.242,00	Canadá

**Fonte:** INTERNATIONAL MONETARY FUND, World Economic Outlook Database, April 2019. Disponível em: [www.imf.org](http://www.imf.org). Acesso em 30.Set.2019.  
(Elaboração Própria)  
\* 2024 Estimativas

O interesse japonês é por um acordo comercial que mantenha e melhore o acesso ao mercado brasileiro aos seus produtos e preserve a competitividade frente aos produtos de outros países que estão negociando e firmando acordos com o Mercosul. A recíproca é verdadeira, ou seja, há interesse brasileiro por um acordo que permita reequilibrar as condições de acesso ao mercado japonês, pois há países que já possuem acordo, como é o caso das exportações de frango, que sofrem a concorrência com a produção da Tailândia que tem o benefício de tarifa zero.

Outro fator que favorece as expectativas por um acordo e um maior intercâmbio comercial nipo-brasileiro são os tamanhos das populações, conforme aparece na TABELA 7, os dois países aparecem entre as dez maiores, sendo a de brasileira 206,8 milhões de pessoas e a do Japão de 126,7 milhões. Portanto, sendo o Brasil um importante fornecedor de produtos agropecuários, considera-se importante um acordo comercial para que seja melhorada o acesso desses produtos ao mercado japonês.

**TABELA 7**

**10 Maiores Populações Mundiais**

<b>Classificação</b>	<b>País</b>	<b>2018</b>
1	China	1.390,1
2	Índia	1.316,9
3	Estados Unidos	325,3
4	Indonésia	261,4
5	Brasil	206,8
6	Paquistão	197,3
7	Nigéria	188,7
8	Bangladesh	163,2
9	Rússia	144,0
10	Japan	126,7

**Fonte:** INTERNATIONAL MONETARY FUND, World Economic Outlook Database, April 2019. Disponível em: [www.imf.org](http://www.imf.org). Acesso em 30.Set.2019 (Elaboração Própria)

Além disso, o governo brasileiro tem encaminhado algumas reformas que podem conduzir a melhorias na competitividade da econômica. Essa melhoria se associada com a possibilidade de entrada de componentes industriais japoneses que permitam a fabricação de produtos finais com melhor a qualidade e melhor preço, poderia permitir revitalizar as exportações de produtos industrializados como carros, motos e eletroeletrônicos para os países da região e até mesmo mercados extra regionais, o que seria de interesse tanto do Brasil como do Japão.

Por fim, um acordo também possibilitará uma ampliação do número de itens comercializados entre os dois países, potencializando o aumento do volume de comércio e diminuindo a vulnerabilidade dos resultados a um grupo pequeno de produtos, como tem ocorrido no momento. O acordo Mercosul-Japão é, portanto, cercado de expectativas para que seja amplo e rápido para se reverter o atual quadro de desalento no comércio bilateral.

## Referências:

CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil). “**Barreiras Comerciais: os Picos Tarifários Japoneses e o Agronegócio Brasileiro**”. Disponível em: [https://www.cnabrasil.org.br/assets/arquivos/relatorioestrategicos/9-informativo\\_especial\\_0.pdf](https://www.cnabrasil.org.br/assets/arquivos/relatorioestrategicos/9-informativo_especial_0.pdf). Acesso em 10.Ago.2018

**22ª Reunião do Conselho Empresarial Brasil-Japão** (CNI-Keidanren) é realizada em São Paulo. August 8, 2019. Disponível em: [https://www.br.emb-japan.go.jp/itpr\\_pt/00\\_001208.html](https://www.br.emb-japan.go.jp/itpr_pt/00_001208.html). Acesso em 23.Set.2019

Acordo Mercosul-Japão. **O Estado de S.Paulo**, 31 de julho de 2018. Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,acordo-mercosul-japao,70002422975>. Acesso em 23.Set.2018

CNI (Confederação Nacional da Indústria). **Negociações comerciais com o Japão interesses ofensivos do Brasil**. Brasília: CNI, 2017. Disponível em: [https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer\\_public/0e/c6/0ec64a26-82c3-4cb8-90cb-dc2f18403005/negociacoes\\_comerciais\\_com\\_o\\_japao.pdf](https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/0e/c6/0ec64a26-82c3-4cb8-90cb-dc2f18403005/negociacoes_comerciais_com_o_japao.pdf). Acesso em 23.Ago.2018.

CNI (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA). **Programa de Trabalho 2017-2018**. Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão: Seção Brasileira. 2017. Disponível em: [https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer\\_public/66/5b/665b8bb3-4a5e-413a-afa0-8db2d7b073d5/cce\\_programa20172018\\_pt\\_web\\_1.pdf](https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/66/5b/665b8bb3-4a5e-413a-afa0-8db2d7b073d5/cce_programa20172018_pt_web_1.pdf). Acesso 10.Fev.2019.

KEIDANREN. **Brazil-Japan. Roadmap for an Economic Partnership Agreement between Japan and Mercosur**. July, 2018. Disponível em: [https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer\\_public/28/fe/28fec8bd-30eb-45dc-a12c-6029752c6bdf/japao\\_cnikeidanren\\_roadmap\\_2018\\_emg.pdf](https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/28/fe/28fec8bd-30eb-45dc-a12c-6029752c6bdf/japao_cnikeidanren_roadmap_2018_emg.pdf). Acesso 10.Nov.2018.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Demografia das Empresas e Empreendedorismo 2017**: taxa de sobrevivência foi de 84,8%. Agência IBGE Notícias, 17/10/2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25738-demografia-das-empresas-e-empreendedorismo-2017-taxa-de-sobrevivencia-foi-de-84-8>. Acesso em 17.Out.2019.

IMF (INTERNATIONAL MONETARY FUND). **World Economic Outlook Database**, April 2019. Disponível em: [www.imf.org](http://www.imf.org). Acesso em 30.Set.2019.

MIYAZAKI, Silvio Yoshiro Mizuguchi. **A Economia Política da Política Comercial Japonesa**: das propostas de integração econômica ao Tratado de Parceria do Pacífico (TPP). 2019. Tese (Livre Docência em Teorias do comércio internacional) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.100.2019.tde-03062019-095236. Acesso em: 1.Out.2019.

MIYAZAKI, Silvio. O comércio bilateral Brasil-Japão: passividade no contexto do novo regionalismo asiático. P. 165-180. In: **A Política Externa do Governo Lula: 2003-2005**. São Paulo: Marco, 2007.

NICACIO, Adriana e QUEIROZ, Guilherme. CNI identifica 270 produtos para ampliar pauta comercial com o Japão. **Agência de Notícias CNI**, 29/08/2017. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/cni-identifica-270-produtos-para-ampliar-pauta-comercial-com-o-japao/>. Acesso em 10.Set.2017

OGITA, Tatushi. **An Approach towards Japan's FTA Policy**. IDE APEC Study Policy. Working Paper Series 01/02 - N.4. March 2002. Disponível em: [http://www.ide.go.jp/library/English/Publish/Download/Apec/pdf/2001\\_16.pdf](http://www.ide.go.jp/library/English/Publish/Download/Apec/pdf/2001_16.pdf). Acesso em 7.Out.2016

OLIVEIRA, Henrique Altemani de e AMORIM, Wellington Dantas. O relacionamento Brasil-Japão. In: ALBUQUERQUE, Jose Augusto Guilhon. **Sessenta anos de Política Externa Brasileira 1930-1990: desafio geoestratégico**. São Paulo: Annablume, 2000.

QUEIROZ, Guilherme. Indústrias de Brasil e Japão apresentam roteiro para acordo comercial entre Mercosul e o país asiático. **Agenda de Notícias CNI**, 24/07/2018. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/internacional/industrias-de-brasil-e-japao-apresentam-roteiro-para-acordo-comercial-entre-mercosul-e-o-pais-asiatico/>. Acesso em 30.Set.2018.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. **O estouro de bolhas especulativas recentes**: os casos dos Estados Unidos e do Japão. Texto para discussão 2096. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea. Maio, 2015. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4409/1/td\\_2096.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4409/1/td_2096.pdf). Acesso em 15. Abr.2017.

WTO (World Trade Organization). **Regional Trade Agreements Information System (RTA-IS)**. Brazil and Japan Evolution of RTAs, 1948 – 2019. Disponível em: <http://rtais.wto.org/UI/charts.aspx#>. Acesso em 30.Set.2019.